

INDICADORES
FINALÍSTICOS DAS
FUNDAÇÕES DE APOIO

I - ORIGEM

- Debatido no 1º Encontro Nacional CONFIES & PROFIS (Associação Nacional de Procuradores e Promotores de Fundações e Entidades de Interesse Social) em 19 e 20 de abril de 2006, em Maceió-AL;
- Elaborado com apoio das Fundações: COPPETEC, FACC, FEC, FIOTEC e FUJB, apresentado as demais Afiliadas durante o Encontro Regional do Sudeste (ENFASUD).

II – OBJETIVO

- Por serem instituições de finalidade social, a ideia é instituir um conjunto de indicadores de abrangência comum que possam ser publicizados para a sociedade e também aos órgãos de controle, como CGU e TCU, Curadorias de Fundações dos MPs em todos os estados e no DF, assim como órgãos normativos como o MEC e MCTIC, para ajudar na avaliação e legitimação das atividades das Fundações; prestação de contas social finalística em complementação ao exame contábil;

Em sua obra, *Fundações Privadas*, o Promotor de Justiça, Dr. Airton Grazzioli, destaca que “a finalidade social deve ser especificada de forma bastante clara, de modo a trazer segurança jurídica para todos os beneficiados pela fundação e também para aqueles que com ela mantiverem relações jurídicas” (GRAZZIOLI, pág. 87).

- Conceber uma ferramenta que dê ao Gestor insumos para que possa analisar as atividades da Fundação de Apoio e aprimorar sua política de governança e profissionalização, se necessário;
- Atender às demandas do MEC e MCTIC para padronização ao cumprimento da imposição legal do Decreto das Fundações de Apoio (Decreto nº. 7.243/2010), quando da renovação do credenciamento junto ao MEC e o MCTIC, onde exige a apresentação de avaliação de desempenho, baseada em indicadores e parâmetros objetivos, aprovados pela Instituição Apoiada, onde demonstra os ganhos de eficiência na gestão dos projetos;

III - PREMISAS

- Diante das peculiaridades das entidades apoiadas (ICTs), assim como das Fundações de Apoio, os indicadores não servem como ferramentas de comparação de desempenho entre umas e outras, mas somente tem a função de dar transparência às finalidades sociais das respectivas Instituições.
- Os itens dos indicadores não são exaustivos.

IV – CARACTERÍSTICAS

- Embora seus estatutos possam conter diferenças, todas as fundações de apoio possuem finalidades e características comuns definidas pela legislação específica (Lei 8958/94) e obrigatórias para seu credenciamento. São dessas que vamos tratar que em síntese podem ser definidas desta maneira:

-As suas finalidades estatutárias são de promover e obter meios para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e a inovação em apoio à universidade ou a entidade de pesquisa correspondente as quais se vinculam;

-Para cumprir essa missão ela deverá estar credenciada pelo MEC e o MCTIC, segundo a Lei 8958/1994, credenciamento esse requerido pelo órgão superior das apoiadas;

-O serviço que presta é gerir projetos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional realizados pela instituição apoiada, de acordo com a Lei 8958/94 .

- Indicadores obtidos a partir da decomposição de suas atividades alcançadas ao final de cada exercício.

IV – CARACTERÍSTICAS

- Segundo RODRIGUEZ Y RODRIGUES (2002), indicadores de resultado são indicadores relacionados aos objetivos da instituição definidos pelo desdobramento de suas finalidades. No caso de uma fundação de apoio, além dos indicadores contábeis que aferem, por exemplo, seu patrimônio e superávit faz-se necessário estabelecer alguns indicadores mínimos que auxiliem a avaliar ano a ano seu funcionamento em relação a si mesmo

V – COMPOSIÇÃO

- As finalidades e o patrimônio são a parte mais importante de uma fundação, daí porque avaliá-los (GRAZZIOLI et Al, 2016, pág. 91). Tendo em conta essa premissa, serão estabelecidas três classes de Indicadores: Finalísticos; Administrativos e Contábeis.

A) INDICADORES FINALÍSTICOS:

- Bolsas e estágio (quantidade): são instrumentos pecuniários universalmente aceitos para estimular aos que atuam nesse campo. Por isso, a importância da quantidade de bolsas concedidas e geridas para pesquisadores e técnicos de alto nível, desde a iniciação científica, passando pelo mestrado, doutorado, pós-doutorado e de pesquisa para pessoal envolvido em projetos e P&DI, todos selecionados por critérios meritocráticos.
- Projetos de pesquisa iniciados no exercício medem o número de projetos iniciados e geridos no ano e, portanto, a expectativa de criação de novos conhecimentos científicos, tecnológicos e de inovação. A capacidade de gerir é um importante indicador de medição.
- Convênios firmados e administrados expressam a capacidade de conveniar com fontes e agências para cooperar em torno dos mesmos objetivos da pesquisa fomentada.
- Contratos firmados: contratos iniciados e geridos no exercício, dizem respeito ao interesse da entidade pública ou privada em realizar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação-com as ICTs e as IFES, e medem a credibilidade da fundação em promover a competência instalada na entidade apoiada.

- Fonte de Recursos recebidos pela Fundação no período, de acordo com a Contabilidade: a) públicos; b) privados e c) sociedade de economia mista. Este indicador discriminará a origem dos recursos para financiar projetos de pesquisa, bem como revelam a capacidade de atrair recursos públicos e também do setor privado que no Brasil é mais rarefeito. A presença do setor privado é vantajosa e assinala a importância da Fundação.
- Unidades apoiadas ou departamentos indicarão um índice de penetração da fundação no ambiente da entidade apoiada.
- Itens importados para pesquisa mostram a capacidade de operar no mercado externo em um aspecto estratégico na pesquisa em sua totalidade nos laboratórios contando com máquinas, equipamentos e insumos na busca por melhor qualidade. Tais aquisições são reguladas pela Lei 8.010/99 e as fundações para isso devem ser credenciadas pelo CNPq.
- Obras realizadas. (ver Imobilizado na contabilidade) revela o ativo fixo edificado pela fundação e mostra a contribuição para a expansão da capacidade instalada da entidade de ensino e de pesquisa.

- Força de Trabalho. Força de trabalho auxiliar a pesquisa, sob regime CLT mede o esforço da FA em complementar o quadro da instituição apoiado para prover os projetos de recursos humanos apropriados recrutados no mercado e adequado ao prazo do projeto.
- Empresas Nativas ou *start up etc.*: Quantidade de empresas criadas mostra a capacidade de gerar a inovação partir do conhecimento produzido na instituição apoiada por meio de pequenas empresas criadas nos ambientes promotores da inovação preconizados pelo Marco Legal.
- Apoio à Incubadoras e Parques Tecnológicos: apoio a criação de empresas criadas no ambiente de Incubadora e desenvolvimento dos Parques Tecnológicos .
- Cursos Latu Sensu: cursos de formação complementar são as especializações e os MBA's, medidos pela quantidade de turmas realizadas no período cursos e de alunos participantes.
- Outras linhas de apoio a ICTs e IFES.

Obs.: Aqueles itens que não forem aplicáveis, importante justificá-los.

B) INDICADORES SOCIAIS

- São os indicadores as ações sociais das Fundações mantidas com seus próprios recursos patrimoniais:
- Programa Social para os colaboradores, inclusão, menor aprendiz, treinamento;
- Concessão de Estágios em sua administração;
- Programa de Benefícios sociais;
- Programas e Ações de Integridade e Transparência;
- Outras ações.

Obs.: Aqueles itens que não forem aplicáveis, importante justificá-los.

C) INDICADORES CONTÁBEIS

- Superávit: evolução do superávit;
- Patrimônio: evolução do patrimônio próprio e de terceiros;
- Imobilizados com recursos de terceiros.

VI - DESENVOLVIMENTO

- O CONFIES recomenda que suas Afiliadas iniciem os testes e familiarização com os itens do Projeto Indicadores;
- A segunda fase será a apresentação e discussão do projeto junto ao Grupo de Trabalho da Autoregulação, a pedido do MEC e MCTIC, compreendido também pela CGU, ANDIFES, PGF/AGU.
- Assim como o projeto da Autorregulação, o projeto indicadores estará em permanente aprimoramento, se necessário.

Bibliografia Consultada:

GRAZZIOLI, A ET AL, Organizações da Sociedade Civil, EDUC, SP, 2016.

RODRIGUEZ Y RODRIGUES, M Gestão Empresarial, Organizações que aprendem, Qualitymark, RJ, 2002.

GRAZZIOLI, A, RAFAEL, E. Fundações Privadas, Ed Atlas, SP, 2009.